



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Rua Dr. Paulo Salvo, N.º 150 – Centro – 39.245-000**  
**CNPJ-17.695.057/0001-55- Email-presidentejuscelino.mg@gmail.com**

**LEI Nº. 667, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.**

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O  
EXERCÍCIO DE 2022**

O Prefeito do Município:

Faço saber que a Câmara Municipal de Presidente Juscelino aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Presidente Juscelino para o exercício financeiro de 2022, nos termos do art. 165 da Constituição Federal e Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, compreendendo:

- I. Poder Legislativo;
- II. Poder Executivo.

**DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º A receita orçamentária é estimada em R\$ 21.000.000,00 (Vinte e um milhões de reais), e será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, e terá o seguinte desdobramento por fontes:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Rua Dr. Paulo Salvo, N.º 150 – Centro – 39.245-000**  
**CNPJ-17.695.057/0001-55- Email-presidentejuscelino.mg@gmail.com**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>24.247.200,00</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.721.300,00
Contribuições	101.000,00
Receita Patrimonial	50.200,00
Receita de Serviços	29.000,00
Transferências Correntes	21.799.500,00
Outras Receitas Correntes	9.100,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>537.100,00</b>
Transferências de Capital	537.100,00
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(3.247.200,00)</b>
Dedução FUNDEB	(3.247.200,00)
<b>Total da Receita</b>	<b>21.000.000,00</b>

**DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

Art. 3º A despesa total fixada à conta dos recursos previstos no art. 2º, observada a programação constante de anexo a esta Lei, apresenta, por órgãos e funções, o seguinte detalhamento:

<b>POR ÓRGÃOS</b>	<b>VALOR R\$</b>
Corpo Legislativo	546.710,00
Secretaria da Câmara	806.780,00
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Patrimônio, Fazenda Obras Públicas e Transportes	5.469.260,69
Secretaria Municipal Educação Cultura Esporte e Lazer	5.058.476,84
Secretaria Municipal de Saúde	4.285.980,79
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Urbanismo,	3.694.904,60



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Rua Dr. Paulo Salvo, N.º 150 – Centro – 39.245-000**  
**CNPJ-17.695.057/0001-55- Email-presidentejuscelino.mg@gmail.com**

Meio Ambiente e Turismo	
Secretaria Municipal de Assistência Social	1.095.887,08
Reserva de Contingência	42.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.000.000,00</b>

<b>POR FUNÇÕES</b>	<b>VALOR R\$</b>
Legislativa	1.353.490,00
Administração	2.736.600,00
Segurança Pública	37.000,00
Assistência Social	1.088.887,08
Previdência Social	650.000,00
Saúde	4.285.980,79
Educação	4.806.000,00
Cultura	125.665,30
Urbanismo	2.433.862,99
Habitação	90.000,00
Saneamento	669.262,30
Gestão Ambiental	32.000,00
Agricultura	226.100,00
Indústria	11.500,00
Comunicações	24.500,00
Energia	513.200,00
Transporte	985.400,00
Desporto e Lazer	768.551,54
Encargos especiais	120.000,00
Reserva de Contingência	42.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>21.000.000,00</b>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Rua Dr. Paulo Salvo, N.º 150 – Centro – 39.245-000**  
**CNPJ-17.695.057/0001-55- Email-presidentejuscelino.mg@gmail.com**

**DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE  
CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, através de decretos, podendo criar, se necessário, categoria econômica, modalidade de aplicação, elementos de despesa e fontes de recurso dentro de cada projeto ou atividade, destinado à cobertura de despesas ordinárias e/ou vinculadas, até o limite:

I - do excesso de arrecadação, na forma da legislação vigente;

II - do superávit financeiro;

III - de 25% do orçamento do Município, para a Prefeitura, mediante anulação total ou parcial de dotações orçamentárias;

IV - de 25% do Órgão Câmara Municipal, para o Poder Legislativo, mediante anulação total ou parcial de dotações orçamentárias;

V - da dotação consignada como Reserva de Contingência.

§ 1º Os créditos suplementares de que trata este artigo, poderão ser destinados também ao pagamento de despesas com o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado.

§ 2º A inclusão de categoria econômica e de grupo de despesa em projeto, atividade ou operação especial constantes da lei orçamentária e de seus créditos adicionais será feita mediante a abertura de créditos suplementares, através de decreto do Poder Executivo, respeitados os objetivos dos mesmos.

§ 3º Por não se constituírem autorizações de despesa na forma do art. 42 da Lei nº 4.320/64, não serão considerados créditos suplementares as alterações nas destinações de recursos realizadas no exercício.

§ 4º As alterações nas destinações de recursos poderão ser realizadas mediante decreto, desde que devidamente justificadas.

§ 5º As realocações de créditos orçamentários que ocorrerem dentro de um mesmo órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho, ação, categoria econômica, grupo de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Rua Dr. Paulo Salvo, N.º 150 – Centro – 39.245-000**  
**CNPJ-17.695.057/0001-55- Email-presidentejuscelino.mg@gmail.com**

natureza da despesa e modalidade de aplicação, não oneram o percentual para abertura de créditos suplementares autorizado no caput.

**DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE**  
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito para financiamento de programas prioritários, observados os limites de capacidade de endividamento do Município, em conformidade com as normas editadas pelo Banco Central do Brasil e pela legislação em vigor.

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 6º Fazem parte integrante desta Lei, em forma de anexo, os quadros orçamentários consolidados, aos quais se refere a Lei nº. 4.320/64 e a Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MG, 13 de dezembro de 2021.

**Ricardo de Castro Machado**  
**Prefeito Municipal**

